



Brasília-DF, 08 de abril de 2026



Aniversariante

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI parabeniza o companheiro pela data especial.

08 de abril

Geraldo Dionísio da Silva

Presidente da
FETIPEMG - FTI de Papel de Minas Gerais



Centrais sindicais e DIEESE promovem debate em Defesa dos Dados Oficiais e da Soberania Nacional



Nesta segunda-feira (6), as centrais sindicais — NCST, CSB, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical, UGT e Pública —, em conjunto com o DIEESE, promoveram um debate em defesa dos dados oficiais e da soberania nacional.



O encontro foi realizado no auditório da Escola DIEESE, em São Paulo, e contou com a participação do presidente do IBGE, Marcio Pochmann.

A NCST-SP esteve presente na atividade e reforçou a importância da iniciativa em um contexto marcado pela disseminação da desinformação. Para a entidade, a defesa de instituições públicas produtoras de conhecimento, como o IBGE, é fundamental para garantir políticas públicas consistentes, baseadas na realidade da população brasileira.



Durante o debate, o presidente da NCST-SP, Nailton Francisco de Souza, destacou que os ataques à ciência e aos dados públicos enfraquecem a democracia e retiram direitos da população.

A iniciativa integra um movimento mais amplo em defesa das pesquisas científicas, das estatísticas nacionais e das instituições públicas responsáveis pela produção de dados e conhecimento no país. Dados oficiais são essenciais para o planejamento de ações em áreas como saúde, educação, transporte, segurança e moradia.



Em um cenário de questionamentos e disputas sobre informações oficiais, o debate se mostra necessário e urgente para a defesa da credibilidade e da soberania informacional do Brasil.

Com informações e fotos da NCST-SP

Fonte: NCST

Brasília-DF, 08 de abril de 2026

Paim alerta para risco de retrocesso na valorização do salário mínimo

Waldemir Barreto/Agência Senado



O senador Paulo Paim (PT-RS), em pronunciamento no Plenário nesta segunda-feira (6), defendeu a valorização do salário mínimo como instrumento de justiça social e destacou sua trajetória na luta por reajustes com ganho real. O parlamentar lembrou iniciativas no Congresso e no movimento sindical que contribuíram para a construção de uma política permanente de valorização, baseada na reposição da inflação e no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

— O salário mínimo não é apenas um indicador econômico. Ele é o retrato da dignidade, ou não, de uma nação. Essa luta não nasceu nos gabinetes nem nos corredores do poder. Ela começou muito antes, lá no chão das fábricas, no movimento sindical, nas assembleias marcadas pela esperança e pela indignação — afirmou.

O senador alertou para os riscos de retrocesso na política de valorização do salário mínimo. Criticou propostas que, segundo ele, buscam eliminar o aumento real. Paim afirmou que o salário mínimo tem impacto direto na vida de trabalhadores, aposentados e pensionistas e destacou seu papel na redução das desigualdades e no fortalecimento da economia.

— É um absurdo querer tirar inflação mais PIB do salário mínimo. Mexer no salário mínimo é mexer diretamente na vida de milhões de brasileiros, de trabalhadores ativos, aposentados, pensionistas. Quando vejo, na grande imprensa, alguns dizendo que tem que retirar o aumento real do salário mínimo, venho de imediato à tribuna e digo que não. Uma vez cheguei a usar o termo "só por cima do meu cadáver" — disse.

Fonte: Agência Senado

Fim da escala 6x1 deve tramitar por PEC e sem urgência na Câmara, diz Hugo Motta

Motta diz que governo recua de projeto em regime acelerado e aposta em tramitação mais ampla; proposta deve avançar por comissões antes de chegar ao plenário



O fim da escala 6x1 não terá urgência constitucional, diz Hugo Motta. Entenda como a PEC está avançando na Câmara dos Deputados.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que o governo federal não encaminhará projeto de lei com urgência constitucional para o fim da escala 6x1. Segundo ele, a proposta seguirá por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), já em tramitação na Casa.

De acordo com Motta, há um acordo com o Executivo para que a admissibilidade da matéria seja analisada já na próxima semana pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A expectativa, segundo o parlamentar, é que o texto seja levado ao plenário até o fim de maio.

A declaração foi feita após reunião de líderes partidários que definiu a pauta de votações da semana. A mudança de estratégia indica que o governo optou por um caminho mais longo de tramitação, que exige análise em comissões e votação em dois turnos no plenário, com quórum qualificado.

As propostas em debate tratam da redução da jornada semanal de trabalho e do fim da escala 6x1, com modelos alternativos como a jornada 4x3. O tema tem mobilizado centrais sindicais e setores do Congresso, que defendem a redução da jornada sem diminuição salarial.

Trabalho por aplicativos entra na pauta

Além da discussão sobre a jornada de trabalho, Motta informou que o projeto que regulamenta os direitos dos trabalhadores de aplicativos deve ser votado já na próxima semana, tanto em comissão especial quanto no plenário.

**Brasília-DF, 08 de abril de 2026**

Segundo ele, a proposta representa um avanço para a categoria, sem impacto nos custos para os consumidores. O relator do texto, deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), deve apresentar uma nova versão para análise dos parlamentares.

“A expectativa é que seja votado na próxima semana na comissão especial e também no plenário esse projeto que atende a mais de 2 milhões de trabalhadores no país”, afirmou Motta.

Outras pautas no Congresso

O presidente da Câmara também comentou outros temas em tramitação. Sobre a indicação para o Tribunal de Contas da União (TCU), afirmou que seguirá o rito regimental, com sabatina na Comissão de Finanças e votação em plenário. Por acordo político, deve apoiar o deputado Odair Cunha (PT-MG) para a vaga.

Já o projeto que trata da criminalização da misoginia ainda não tem previsão para ser votado.

Em relação às medidas do governo para conter o preço dos combustíveis, motivadas pelos efeitos do conflito entre Estados Unidos e Irã, Motta avaliou que as ações são positivas. O pacote inclui a zeragem do PIS/Cofins sobre o diesel e incentivos ao setor, com objetivo de reduzir o impacto no custo de vida, especialmente para a população de menor renda.

“São medidas importantes que vão ao encontro do que a Câmara considera necessário para evitar que a alta dos combustíveis e dos alimentos penalize ainda mais a população”, afirmou.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Sindicato não deve ser balcão: é trincheira

Sindicato não deve ser balcão: é trincheira e escola política dos trabalhadores

Reduzido à negociação salarial, o sindicalismo perde sua força transformadora. Quando assume seu papel formador, torna-se peça central na disputa por poder e consciência no Brasil.

Marcos Verlaine*

A luta sindical deve ir muito além do contracheque, da disputa econômica. Reduzir o sindicato à mera negociação de salários é esvaziar sua essência histórica. O sindicalismo nunca foi apenas ferramenta para luta salarial.



Sempre foi, sobretudo, espaço de formação política,

organização coletiva e construção de consciência de classe, independentemente de todo avanço tecnológico. Porque é mito que as máquinas substituirão as pessoas, pelo menos integralmente.

Quando limitado ao reajuste anual, o sindicato se torna mero prestador de serviços. Quando cumpre sua função plena, transforma trabalhadores em sujeitos políticos.

ESCOLA DE CONSCIÊNCIA DE CLASSE

O sindicato é, por natureza, uma escola. Não no sentido formal, mas como espaço vivo de aprendizado coletivo. É ali que os trabalhadores compreendem que sua condição não é individual, mas estrutural, coletiva.

A consciência de classe não nasce espontaneamente. Essa é construída, mediado: no e pelo debate, na mobilização, na troca de experiências.

Ao reconhecer interesses comuns, o trabalhador deixa de se ver como indivíduo isolado e passa a se enxergar como parte de uma força social.

Essa virada é decisiva: sem essa, há reivindicação; com essa, há projeto.

FORMAÇÃO POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA

Experiências acumuladas por entidades como o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e Diesat (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho) mostram que a formação sindical vai muito além da prática imediata.

Cursos, seminários e debates sobre economia, legislação trabalhista, história social e conjuntura política qualificam dirigentes e bases. Não se trata apenas de informar, mas de formar — de desenvolver capacidade crítica — para interpretar o mundo e agir sobre esse.

Sem essa dimensão, o sindicalismo se torna reativo. Com consciência de classe, torna-se estratégico.

DEMOCRACIA QUE SE APRENDE NA PRÁTICA

As assembleias sindicais são, muitas vezes, o primeiro espaço real de exercício democrático para milhões de trabalhadores. Ali se debate, se diverge, se vota e se decide coletivamente.

Esse processo educa para a cidadania ativa. Ensina que democracia não é apenas votar a cada 4 anos, mas participar, deliberar e assumir responsabilidades.



Brasília-DF, 08 de abril de 2026

Num país de tradição autoritária, como é o caso do Brasil, essa pedagogia prática tem valor inestimável.

DISPUTA DE PODER E HEGEMONIA

O sindicalismo também atua na arena mais ampla da sociedade. Não apenas reage às políticas públicas, mas busca influenciá-las. Organiza mobilizações, pressiona o Legislativo, dialoga com o Executivo e participa de conselhos institucionais. Realiza eventos para a categoria profissional e econômica. Organiza o trabalhador para fazer luta coletiva.

Trata-se de disputar hegemonia: no sentido de construir visão de mundo capaz de orientar políticas e decisões. O sindicato, nesse contexto, deixa de ser apenas defensivo e passa a ser propositivo e organizativo.

É nesse ponto que a luta econômica se conecta à luta política, que tem várias dimensões: eleitoral, social, mudancista, emancipatória.

NOVAS AGENDAS, VELHOS DESAFIOS

O mundo do trabalho mudou. E o sindicalismo precisa acompanhar essa transformação. A chamada "4ª Revolução Industrial", que trouxe consigo a precarização, a plataformização e os novos formatos de emprego e trabalho que exigem atualização constante.

Ao mesmo tempo, pautas como igualdade de gênero, combate ao racismo e sustentabilidade ampliam o escopo da atuação sindical. Não se trata de dispersão, mas de reconhecer que a exploração assume múltiplas formas.

A luta continua sendo de classe. Mas suas expressões são mais complexas.

ENTRE A BUROCRACIA E A TRANSFORMAÇÃO

O maior risco para o sindicalismo contemporâneo é a burocratização. Quando se afasta da base e se limita à rotina institucional, perde legitimidade e capacidade de mobilização.

Por outro lado, quando investe em formação, organização e consciência, sobretudo a de classe, recupera sua potência histórica.

O sindicato pode ser cartório ou pode ser escola. Pode administrar demandas ou pode formar sujeitos políticos.

PAPEL QUE NÃO PODE SER ABANDONADO

Num país marcado por desigualdade estrutural — desequilíbrios e injustiças sociais crescentes —, o sindicalismo continua sendo uma das poucas instituições capazes de articular interesses coletivos a partir da base social.

Mas isso só será possível se assumir plenamente seu papel formador. Se voltar a ensinar, organizar e politizar. Se compreender que salário é apenas o começo, nunca o fim.

Sem consciência, não há transformação. E sem sindicato como escola de política, os trabalhadores, como classe social, permanece fragmentada, vulnerável e facilmente capturada.

O desafio está posto: ou o sindicalismo retoma sua vocação histórica, ou será reduzido a mero intermediário de perdas.

(*) *Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP*

Fonte: Diap

ABRIL VERDE
Mês de Conscientização
da Saúde e Segurança do Trabalho

Prevenir é proteger!

**Trabalho mais saudável
e seguro para todos**

Gostou?